

Investigação em conjunto

MINERVINO JÚNIOR

O Ministério da Saúde decidiu unificar a apuração de denúncias sobre supostas irregularidades que teriam ocorrido na Secretaria de Saúde, nos últimos anos.

"Por determinação do ministro Humberto Costa, a partir de agora, todos os órgãos de fiscalização federal e do DF vão atuar em conjunto", assegura o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla.

Este foi um dos resultados da reunião, ontem, entre Solla e representantes do Ministério Público Federal, da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do DF (Prosus), do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Dena-sus) e da Secretaria de Controle do Ministério.

Os representantes dos órgãos decidiram, ainda, fazer auditoria conjunta da gestão do Serviço Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal.

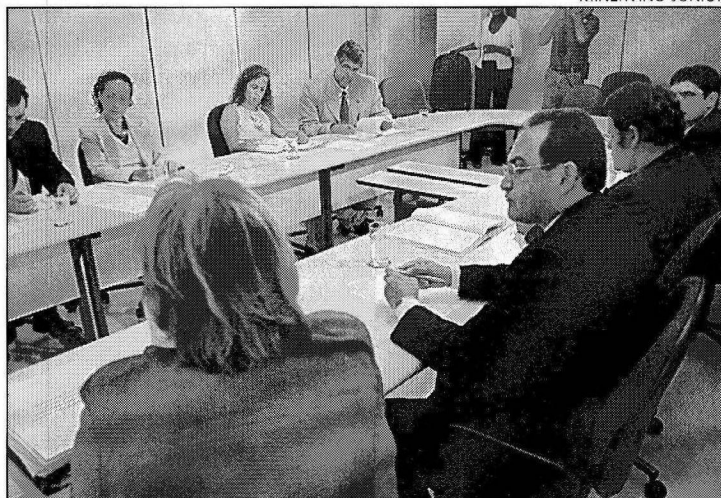
Na primeira reunião, marcada para o dia 4 de fevereiro, cada representante

levará um sumário das apurações. Em seguida, o grupo pretende auditar todas as unidades de saúde do SUS no Distrito Federal. Solla disse que o grupo aguarda o envio do plano de ação de aplicações financeiras da Secretaria de Saúde, para saber como foram aplicados os recursos federais.

Após a conclusão das auditorias, o relatório será encaminhado ao Grupo de Acompanhamento e Responsabilização (GAR), a quem competirá propor medidas cíveis ou criminais.

Ele prometeu colocar à disposição da Secretaria de Saúde do DF, assessoria técnica para orientar sobre a aplicação do dinheiro. "Muitas vezes, o mau uso do dinheiro público ocorre por falta de conhecimento da legislação", observa.

A partir do dia 12 de fevereiro, será realizada uma auditoria específica no setor de hemodiálise e tratamento de pacientes renais crônicos. Fiscalização realizada em de-



SOLLA (terno claro), do Ministério da Saúde, coordenou reunião

zembro passado constatou que as autorizações de hemodiálise eram encaminhadas sem o conhecimento da capacidade de atendimento das clínicas e da distribuição de doentes na rede pública e conveniada.

Este mês, a Controladoria Geral da União encaminhou relatório ao Ministério da Saúde, apontando as causas da falta de medicamentos na rede pública de

saúde no ano passado.

A auditoria concluiu que houve falta de cálculo de consumo, que compromete a estimativa de recursos; aquisições com preços acima dos praticados; ingresso de mandados de segurança na Justiça motivada pela omissão no fornecimento; concentração de compras em determinado fornecedor; e compra de medicamentos fora da lista do Ministério.

Quem está investigando o quê

Controladoria Geral da União

- ▶ Falta de cálculo de consumo, que compromete a estimativa dos recursos necessários para aquisição de remédios
- ▶ Compra por preços acima dos praticados
- ▶ Emissão de mandados de segurança motivada pela omissão no fornecimento
- ▶ Concentração de compras em fornecedor específico e atraso nas aquisições
- ▶ Compra de medicamentos excepcionais não contemplados na lista do Ministério

Auditoria do Ministério na Secretaria de Saúde

- ▶ 60% das compras feitas por dispensa de licitação
- ▶ Compras realizadas por meio de vales e seleção do fornecedor feita após compra dos produtos
- ▶ Alguns medicamentos excepcionais adquiridos com preços até 374% acima do valor assumido pelo MS
- ▶ Serviços de saúde desabastecidos

- ▶ Falta de estoque na rede pública de anestésicos, antibióticos e reagentes para teste de HIV
- ▶ Pacientes não atendidos imediatamente
- ▶ Obtenção de medicação mediante liminar judicial. Um total de 391 ações desde outubro de 2002
- ▶ Médicos atuavam sem as condições de trabalho necessárias
- ▶ Não houve atraso nos repasses do Ministério da Saúde